

Um privilégio inconveniente

Novély Vilanova da Silva Reis *

O Presidente da República editou a Medida Provisória 1.984-20, de 28/07/2000, estabelecendo no art. 2º que “o art. 6º da Lei 9.028, de 12 de abril de 1995, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º”. O § 3º diz que “Aplicam-se aos procuradores ou advogados integrantes dos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União o contido no caput e no § 2º deste artigo, quanto aos processos em trâmite na justiça de primeiro grau de jurisdição”. O caput do art. 6º da mencionada Lei dispõe que “A intimação pessoal de membro da Advocacia-Geral da União, em qualquer caso, será feita pessoalmente”.

Como se vê, pretendeu-se estender aos procuradores das autarquias e das fundações públicas federais o privilégio da intimação pessoal dos atos processuais. O objetivo, todavia, não foi alcançado porque a medida provisória fez remissão a um dispositivo (o art. 6º da Lei 9.028/95) que não mais vigora, constituindo um nada jurídico. É que, estando a Advocacia-Geral da União – AGU aparelhada para o exercício de suas funções institucionais, ces-

sou a vigência da mencionada Lei nos termos do art. 1º: “O exercício das atribuições institucionais previstas na Lei Complementar 73, de 10/02/93, dar-se-á, em caráter emergencial e provisório, até a criação e implantação da estrutura da AGU, nos termos e condições previstos nesta Lei”. Os procedimentos para a implantação foram cumpridos, sendo a AGU uma auspiciosa realidade.

Aliás, nem mesmo a Lei Complementar 73/93 obriga a intimação pessoal dos membros da AGU. Dizer que “as intimações e notificações serão feitas nas pessoas do Advogado da União ou ao Procurador que officie nos respectivos autos” (art. 38) não significa que a intimação deva ser pessoal. Ao contrário, a finalidade da norma é identificar, entre os muitos outros membros da AGU mencionados no art. 2º, § 5º, quem deve ser intimado. Se não fosse assim, não precisava a Lei 9.028/95 ter previsto provisoriamente a intimação pessoal (art. 6º).

Além disso, onde está a “relevância e urgência” que justificam a adoção da medida provisória? (Constituição, art. 62). Li num jornal de uma determinada associação de classe que “a

* Juiz Federal da 7ª Vara do Distrito Federal

medida é de excepcional alcance para o desempenho do mandato dos procuradores, eliminando as dificuldades de acesso às publicações oficiais". Desculpe, mas se o motivo foi esse, cabe ao Poder Executivo aparelhar os órgãos de defesa de suas entidades para que tenham acesso ao *Diário da Justiça* onde são publicados os atos processuais. Não tem cabimento transferir esse problema para os órgãos jurisdicionais sob o fundamento de "relevância e urgência"!

De qualquer modo, não se justifica estender ou instituir o privilégio da intimação pessoal dos procuradores das autarquias federais e fundações públicas. Lembre-se que em cada Vara da Justiça Federal tramitam milhares de ações, muitas das quais envolvendo essas entidades. Agora, imagine-se ser necessário, de cada ato do juiz, expedir inúmeros mandados de intimação a ser cumpridos por oficial-de-justiça, ou enviar carta registrada quando qualquer dessas entidades estiver localizada em local diferente da sede do juízo (§ 2º do art. 2º da MP)! É claro que isso vai retardar sobremaneira a prestação jurisdicional.

A Ordem dos Advogados do Brasil deve atuar junto ao Congresso Nacional para impedir que essa medida provisória seja convertida em lei. Eu tenho certeza de que o Poder Legislativo não vai tolerar esse absurdo de o Poder Executivo querer resolver as dificuldades dos órgãos de defesa de suas fun-

dações e autarquias, criando obstáculos ao acesso à Justiça e dificultando o funcionamento dos órgãos jurisdicionais.

O certo, portanto, é que a intimação dos advogados da União e de suas autarquias e fundações públicas deve ser efetuada pela só publicação do ato judicial no *Diário da Justiça*,

como prevê o art. 236 do CPC. Quando a União não tinha órgão próprio de defesa, a intimação dos atos processuais sempre foi feita dessa forma. Hoje, com a implantação da AGU e os formidáveis recursos da informática, não se justifica a intimação pessoal dos seus membros. E agora se edita uma medida provisória, certamente para assegurar a

"igualdade" de tratamento aos procuradores das autarquias e fundações! Pode uma coisa dessas?

É preciso acabar também com uma outra excrescência que foi igualmente estendida às autarquias federais e fundações públicas por medida provisória convertida na Lei 9.469/97, art. 10: o reexame necessário das sentenças que lhes são desfavoráveis pelo tribunal (CPC, art. 475). Sabe qual é a consequência disso? Quando o autor ganha uma causa proposta contra qualquer dessas entidades, ainda tem de esperar a confirmação do julgado pelo tribunal! Eu sempre disse que parte da lentidão da Justiça provém daquilo que há de pior na cabeça das pessoas. ●

“Dizer que ‘as intimações e notificações serão feitas nas pessoas do Advogado da União ou ao Procurador que oficie nos respectivos autos’ (art. 38) não significa que a intimação deva ser pessoal...”